



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

**Considerando que:**

Portugal tem enfrentado uma forte crise económica que, felizmente, está a ser combatida graças à resiliência de muitos dos empresários nacionais que decidem arriscar no desenvolvimento de atividades, muitas vezes ligadas ao setor agrícola e pecuário. Para lá de esta ser uma aposta que valoriza o país, é também uma aposta que em muitos casos valoriza as regiões do interior que, na falta de outros investimentos, vão resistindo à desertificação devido aos empregos gerados por quem desenvolve atividades económicas “compatíveis” com aqueles territórios.

Sendo este um setor determinante para a economia é também um dos setores que, ao longo dos últimos anos, mais tem sido fiscalizado e inspecionado pela ASAE, que consegue através destas ações ver concretizada uma das suas grandes atribuições que é: «Proceder à avaliação dos riscos alimentares e emitir pareceres científicos e técnicos, recomendações e avisos, nomeadamente em matérias relacionadas com a nutrição humana, saúde e bem-estar animal, fitossanidade e organismos geneticamente modificados.».

Do ponto de vista do consumidor existem assim garantias como as que nos são dadas pelo «Plano Nacional de Colheita de Amostras, que tem como objetivo principal verificar se os géneros alimentícios colocados à disposição do consumidor são seguros do ponto de vista microbiológico, químico e nutricional, através de colheita de amostras e análise laboratorial no Laboratório da ASAE, representa atualmente uma potentíssima ferramenta de análise de avaliação da exposição do consumidor ao risco alimentar.».

Recentemente, durante as audições que a 6ª comissão realizou ao Sr. Inspetor-Geral da ASAE, bem como ao Representante da Associação Sindical dos Funcionários, o CDS ficou preocupado com a capacidade de resposta que este organismo manifestou conseguir dar neste momento. As garantias que devem ser dadas aos consumidores, nomeadamente no que respeita à qualidade dos bens alimentares provenientes dos abates, deveriam ir muito para lá do que atualmente está a ser feito.

Relatos como os que se seguem são muito preocupantes:

- «O Laboratório de Segurança Alimentar não tem capacidade de resposta, quer para as solicitações internas, decorrentes dos Planos Nacionais de Colheitas Amostras e do serviço de inspeção, quer externas. Em agosto de 2016, tivemos a confirmação através de um e-mail que anonimamente nos fizeram chegar, do cancelamento parcial de um dos Planos Nacionais de Colheita de Amostras, por falta de reagentes (...);»

- «(...) as inspeções aos talhos eram muitas vezes superficiais, pois nem equipamentos de medição de temperatura eram distribuídos aos inspectores, por não estarem calibrados.».

A dimensão do problema hoje não se coloca apenas ao nível do consumidor nacional, uma vez que existindo um comércio de carnes significativamente voltado para a exportação, podem estar em causa as garantias que Portugal oferece enquanto agente económico do setor, representado por centenas de produtores nacionais que vendem para o estrangeiro.

Por estes motivos o CDS entende que é importante que o Sr. Ministro da Economia nos possa esclarecer sobre a capacidade de intervenção da ASAE, numa matéria que é compatível com as suas atribuições e que tem a ver com o comércio de Carne. Estamos a falar especificamente sobre o abate de animais e o controle que a ASAE faz dos mesmos, uma vez que é a esta entidade que compete “Fiscalizar os estabelecimentos de abate, preparação, tratamento, armazenamento e venda de produtos de origem animal”.

#### **Assim:**

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

Os Deputados do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Senhor Ministro da Economia, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

**1- Tem V. Exa. conhecimento da situação difícil em que se encontra a ASAE, nomeadamente da dificuldade que este organismo tem em manter as condições de análise em laboratório?**

**2- Quantas inspeções foram realizadas no último ano em estabelecimentos de abate de animais?**

**3- Quais as infrações que foram detetadas nesses mesmos estabelecimentos?**

**4- Os laboratórios, e os meios técnicos existentes na ASAE, têm um nível de manutenção e de modernidade que permitem garantir que as análises efetuadas à carne, e a outros produtos alimentares, são fidedignas?**

**5- Considera V. Exa. que estão garantidas todas as condições de higiene e segurança alimentar para os consumidores nacionais e para o bom nome do setor no estrangeiro?**

**6- Que medidas está a ponderar tomar o Ministério da Economia para que possam deixar de existir relatos, como aqueles a que assistimos na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, relativos às necessidades manifestadas pelos profissionais da ASAE?**

Palácio de São Bento, 28 de março de 2018

Deputado(a)s

HELDER AMARAL(CDS-PP)

PATRÍCIA FONSECA(CDS-PP)